

**Ata da 50ª Sessão Ordinária do ano de 2023 da Câmara Municipal de Salgado, estado de Sergipe.** Ao décimo oitavo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte três, às dezessete horas e vinte minutos, no plenário da Câmara Municipal de Salgado, sob a Presidência, o vereador Amaral Valeriano da Silva, vice-presidente, a vereadora Mafilza Silva Gomes, 1º secretário, o vereador José Ribeiro Neto, 2º secretário, o vereador Civaldo Evangelista Fraga, 3º Secretário, o vereador Marcelo Domingos de Andrade, e os demais vereadores, os senhores: José Aécio Santos de Jesus, José Raimundo da Silva Fonseca, Josefa Santos Garcia Ferreira, Lucas Araújo Moraes, Maria da Conceição dos Reis Silva e Raimundo Francisco dos Santos Junior. No expediente do dia, consta indicação verbal n.º 37/2023 da vereadora Maria da Conceição, indicação verbal n.º 08/2023 do vereador Civaldo, indicações verbais n.º 39 e 40/2023 do vereador José Aécio, indicações verbais n.º 94 e 95/2023 da vereadora Mafilza, indicação verbal n.º 12/2023 do vereador Marcelo, indicações verbais n.º 33, 34 e 35/2023 do vereador Amaral. O senhor Presidente declarou aberta a presente sessão, e saudou a todos os presentes. Em seguida, pediu aos demais vereadores que fizessem sua assinatura eletrônica, e saudou os profissionais de saúde que acompanhavam a sessão, ou seja, enfermeiros, técnicas de enfermagem, auxiliares e parteiras. O vereador José Aécio pediu para se inscrever no grande expediente. O Presidente cumprimentou os profissionais da saúde que estavam presentes, e reconheceu o trabalho e a luta da classe pela aprovação do piso nacional, destacando que os mesmos são fundamentais para os serviços da saúde e que se dedicam ao bem-estar do povo salgadense. O Presidente Amaral Valeriano e os vereadores José Ribeiro e Raimundo Francisco discutiram sobre o regimento no que diz respeito ao grande expediente. O Presidente alertou que o vereador José Ribeiro não pode interrompê-lo durante a condução da sessão. No pequeno expediente, a vereadora Mafilza Gomes cumprimentou o Presidente da Câmara, os demais vereadores, o público que assistia à sessão de forma virtual, os servidores da Câmara, a categoria de enfermagem e o representante do SINDSERV, Marcelo Oliveira. A vereadora destacou a semifinal da Copa Ygor Gomes de Futebol Amador, e agradeceu aos organizadores. Lamentou ainda o abandono do campo de futebol do Povoado Água Fria, e parabenizou Ygor Gomes pela Copa realizada. Além disso, parabenizou Izaura e o ministro Márcio Macedo por seus aniversários. Parabenizou ainda o desfile cívico do Povoado Água Fria, e lamentou a falta de iluminação das ruas da comunidade durante o desfile. Destacou também sobre a falta de ambulâncias no município, e ressaltou a necessidade da descentralização da Saúde no município, defendendo que as ambulâncias fiquem nos povoados maiores do município. A vereadora Maria da Conceição cumprimentou o Presidente, os vereadores, o público, os funcionários e a categoria de enfermagem, destacando e parabenizando as escolas pelo desfile cívico do Povoado Água Fria, e agradeceu à direção do Colégio Francisco Barbosa por incluí-la em suas comemorações, ressaltando que não viu

escuridão nas ruas do povoado. Por fim, agradeceu à atual gestão e aos pais pelo desfile. O vereador Raimundo Francisco cumprimentou o Presidente, os vereadores, o público, os funcionários e a categoria de enfermagem em nome de Nayra. Além disso, parabenizou a gestão pelo desfile cívico, e afirmou que as ruas não estavam nas escuras. Parabenizou ainda Ygor Gomes pela Copa de Futebol Amador, e convidou a população para a 5º Cavalgada de Raimundinho. Repudiou ainda a mudança de critério para a inscrição no grande expediente, e justificou sua saída antecipada da sessão anterior. Além disso, pediu mudanças no regimento interno da Câmara, e destacou que o mesmo está defasado. O Presidente Amaral convidou o procurador da Câmara, Dr. João Bosco, para compor a mesa, e ressaltou que não interrompeu nenhum vereador que falasse no grande expediente. O vereador José Ribeiro cumprimentou o Presidente, os vereadores, o público, os funcionários e a categoria de enfermagem. O parlamentar ressaltou que estudou muito o Projeto de Lei do piso da enfermagem, e colocou em dúvida a associação criminosa feita ao Projeto de Lei. Ressaltou também que o projeto garante os direitos dos profissionais, e lembrou-se do empenho e dos riscos enfrentados pela categoria durante a pandemia do COVID-19, e do seu tempo de agente de saúde. Relembrou ainda da cobrança realizada pelos vereadores na sessão anterior, na qual foi contra o engavetamento dos projetos na Câmara. O Presidente Amaral Valeriano disse que nunca nenhum Presidente da Câmara de Salgado colocou em votação tantos Projetos de Lei, e condenou as críticas do vereador José Ribeiro, e o aconselhou que leia o regimento. Além disso, lembrou-se do dia que o Projeto de Lei chegou à Câmara, ou seja, fora do horário de expediente, na qual descumpriu o horário de funcionamento da Casa. Disse ainda que sua gestão está incomodando, e que a mesma é referência em Sergipe e no Nordeste. Lembrou ainda que a Chefe de Gabinete da Prefeitura de Salgado, Ana Rose Oliveira, retirou o Projeto de Lei da Câmara após tê-lo enviado, em razão de um erro no código, e somente no dia 12 de setembro o projeto chegou, e foi, enfim, protocolado no Legislativo. Além disso, desafiou os vereadores a apresentarem um projeto que está fora do prazo, e destacou que nenhuma manobra vai conturbar seu trabalho à frente da Câmara. O vereador José Raimundo cumprimentou o Presidente, os vereadores, o público, os funcionários e a categoria de enfermagem, e parabenizou a categoria, repudiando os ataques ao Presidente da Câmara, ressaltando a importância do projeto. Lembrou ainda da reunião com o Dr. Kazucas, na qual o mesmo explicou os benefícios do Projeto de Lei, destacando que o Poder Executivo apenas está repassando o recurso. O vereador Marcelo Domingos cumprimentou o Presidente, os vereadores, o público, os funcionários e a categoria de enfermagem, e parabenizou as escolas pelo desfile cívico no Povoado Água Fria, destacando que as falhas devem ser corrigidas no próximo desfile. Além disso, ressaltou também que os eventos têm suas falhas, e garantiu que está de braços abertos para qualquer projeto que beneficie o povo salgadense. Lembrou ainda que conversou com a

procuradora do município, o sindicato, os representantes da categoria, e com os demais vereadores, para entenderem sobre o Projeto de Lei do piso da enfermagem. O vereador Lucas Araújo cumprimentou o Presidente, os vereadores, o público, os funcionários e a categoria de enfermagem, e parabenizou as escolas pelo desfile cívico do povoado Água Fria, ressaltando a escuridão nas ruas durante o evento, e disse que somente a rua do palanque das autoridades estava iluminada. Além disso, repudiou a postura da Secretaria Municipal de Obras na qual não atendeu ao pedido para garantir a iluminação pública, e sugeriu que as escolas municipais se unam para fazer o desfile cívico no próximo ano. Destacou também que a Central das Ambulâncias deve ser extinta, e desejou que os veículos fossem distribuídos nos povoados. Defendeu ainda que não houve engavetamento de projetos por parte do Presidente da Câmara, Amaral Valeriano, mas que houve discussão sobre engavetamento de outros Projetos de Lei. Ademais, o vereador pediu que acabasse com as brigas pessoais, e pediu respeito à sociedade salgadense. A vereadora Josefa Garcia agradeceu a Deus, e cumprimentou o público e a categoria de enfermagem. A vereadora ressaltou que é vergonhoso ver um vereador atacar o outro, pois o povo quer ver trabalho dos parlamentares, e pediu a descentralização das ambulâncias, desejando que os veículos fiquem nas grandes comunidades. Além disso, desejou a todos uma boa sessão. O vereador José Aécio cumprimentou o Presidente, os vereadores, o público, os funcionários e a categoria de enfermagem. O vereador leu um versículo da Bíblia (Mateus 7:21), e disse que sente vergonha de pessoas religiosas que tem ódio no coração, na qual espalham ódio e discórdia, afirmando que nem todos os mandamentos da Bíblia são cumpridos. Ressaltando ainda a quantidade de ódio disseminada, e afirmou que lê e procura entender o regimento interno. O vereador Civaldo Fraga cumprimentou o Presidente, os vereadores e a categoria de enfermagem. O parlamentar disse que a sociedade deve filtrar os assuntos da sessão e, portanto, devem descartar momentos ruins. Lembrou que quando gerenciava a fábrica havia outros vereadores que torceram pelo fechamento da mesma, para testar sua capacidade de se eleger, e lembrou-se dos anos que gerenciou fábricas, pedindo ao povo para analisar o comportamento das pessoas. No pequeno expediente, a parteira Josefa Claudina de Lacerda utilizou a tribuna. Ela cumprimentou o Presidente, os vereadores e a categoria de enfermagem, e afirmou que a semana foi preocupante para a classe, pois se percebeu uma mudança no Projeto de Lei em relação à lei aprovada pelo Congresso Nacional. Contou ainda que conversou com a procuradora do município, na qual a mesma falou sobre o Projeto de Lei, mas que ainda restaram dúvidas. Então, decidiu procurar a Câmara e encontrou a vereadora Mafilza Gomes que se dispôs, junto com o vereador Amaral Valeriano, a conversar e marcaram uma reunião com Dr. Kazucas. Em seguida, contou que foi até a casa do prefeito Givanildo Costa, mas que ainda não conseguiu compreender o Projeto de Lei. Em uma nova conversa com o gestor, os vereadores e demais

autoridades na Prefeitura, nada ainda ficou claro. A parteira afirmou que os servidores efetivos vão ficar no prejuízo, e ressaltou que não entende e que não há “politicagem” nas reivindicações, e destacou que não foi favorecida com esse projeto. Ainda no pequeno expediente, o representante do SINDSERV, Marcelo Oliveira, utilizou a tribuna. Ele cumprimentou o Presidente, os vereadores e a categoria de enfermagem, e afirmou que foi provocado a participar da primeira reunião sobre o Projeto de Lei, e foi à Prefeitura para uma reunião sobre o mesmo. Em nome do SINDSERV, declarou que o piso não foi votado na Câmara, mas sim no Congresso Nacional, e disse que o piso foi aprovado, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou, ressaltando que a Câmara votaria sobre o repasse dos valores depositados. Ademais, destacou que o SINDSERV está à disposição dos vereadores e dos servidores. No grande expediente, a vereadora Mafilza Gomes destacou a importância do piso salarial da enfermagem, as nuances preocupantes do Projeto de Lei e a isenção da Prefeitura de Salgado nos repasses responsabilizados pelo Governo Federal, e afirmou que foi alvo de informações falsas, como a de tentar bloquear o pagamento do piso salarial à classe. Disse ainda que seu objetivo é questionar e propor emendas ao projeto para garantir os direitos dos profissionais de enfermagem, e destacou que compreende o impacto positivo do pagamento do piso salarial que vai melhorar o atendimento aos usuários. Ressaltou ainda que sua função como vereadora é avaliar criticamente os projetos apresentados para aprimorar a proposta, e destacou que se colocou à disposição da classe, e sobre os riscos de colocar a responsabilidade dos repasses no Governo Federal. Reafirmou também o seu compromisso de assegurar os direitos da classe por meio da construção da proposta, e destacou que estava apenas questionando, pois não poderia se esconder de um projeto que não traz segurança a classe da qual faz parte, e destacou que não trabalhou para prejudicar os profissionais, afirmando que é vítima de politicagem nas redes sociais. Lembrou ainda que convocou o Conselho de Enfermagem, representado por André Kazucas, e o Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, representado por José Augusto, e afirmou que a minoria não terá seus direitos e vão se aposentar com um salário-mínimo. Sendo assim, perdendo seus direitos. Questionou ainda a valorização do prefeito aos trabalhadores da saúde, e lembrou-se do seu trabalho na UTI do hospital, onde trabalhou durante a pandemia do COVID-19, defendendo o pagamento do piso na tabela A, no salário base. Lembrou ainda da garantia futura dos direitos dos trabalhadores da saúde, e disse que o projeto não ficou da forma que esperava, lembrando também das propostas que fez pelo piso, do aporte do Governo Federal que será depositado nos municípios e que Salgado continuará com a tabela inalterada. Garantiu ainda que nunca estará contra os enfermeiros, e pediu que a classe não acreditasse em *fake news* a seu respeito, e destacou que não atrapalhou o projeto. Lembrou também que a procuradora e a secretaria de Saúde do município recebem para defender o Prefeito de Salgado, e garantiu que vai continuar lutando pela categoria. Por

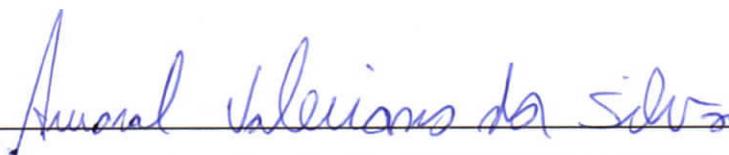
fim, agradeceu a todos os presentes na sessão. O vereador José Ribeiro utilizou a tribuna e novamente saudou o Presidente, os vereadores e a categoria de enfermagem, e afirmou que estudou e se informou sobre o projeto. Destacou ainda os artigos 7, 8 e 9 da lei, e lembrou a existência de mais quatro leis que tratam do piso salarial da classe, na qual a Câmara não votaria o piso, mas o repasse do recurso que já está na conta do município. Por isso, questionou o motivo da demora em ser pago à categoria. Questionou ainda o Presidente da Câmara sobre retardar a votação do projeto, em razão de um erro da data, e argumentou que projetos nessa situação já foram votados anteriormente, e afirmou que a burocracia impede o rápido andamento dos trabalhos na Câmara. Lembrou ainda da preocupação da procuradora do município com o pagamento da segunda parcela do piso, pois pode ocorrer uma mudança no Congresso Nacional, e disse que se faltar dinheiro na União para cobrir o pagamento do piso, vai ser retirado do orçamento dos deputados federais. Destacou ainda que quando estava se recuperando de uma cirurgia assistia às sessões do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF), e aprendeu que o Poder Judiciário corrige os erros dos poderes Legislativo e Executivo. Destacou também que a lei do piso salarial dos enfermeiros foi questionada pelo STF, e disse que qualquer instituição de saúde deve prestar 60% do atendimento aos usuários do SUS. Lembrou ainda do projeto sobre as casas que ficam no atrás do Colégio Estadual Deputado Joaldo Vieira Barbosa, e questionou o fato do veículo mantido pela Câmara não ter sido utilizado para levar alguns vereadores para discutir o projeto, e ressaltou que deve cobrar. Garantiu ainda que não vai se calar, e afirmou que não faz parte de um grupo que quer anular a eleição do Presidente da Câmara, o vereador Amaral Valeriano. Reclamou também que o Presidente cortou seu microfone, e afirmou que vai procurar a legalidade dessa atitude, comparando o Presidente da Câmara com o Presidente da Rússia, Vladimir Putin, garantindo que vai continuar cobrando o Presidente Amaral. Ainda em sua fala, lembrou-se de uma lei aprovada que ainda não beneficiou os profissionais de endemias, e anunciou que vai participar de um PPA em Brasília - DF. O vereador José Aécio afirmou que os projetos foram desengavetados no dia da sessão, e listou a data da entrada dada aos mesmos, afirmando que os projetos votados saíram às 17h da comissão, e lembrou que a organização das pautas é da Presidência da Câmara. Parabenizou também os vereadores Raimundo Francisco e Ribeiro, que disseram que o mesmo não convidou ninguém para sair antes do encerramento da última sessão, afirmando que o Projeto de Lei sobre a doação do imóvel para o funcionamento do posto policial do Povoado Água Fria só foi votado após ter denunciado, afirmando que os recursos do posto policial poderiam ser perdidos. Lamentou também a forma que o Projeto de Lei do piso da enfermagem foi tratado na Câmara, e garantiu que vai entrar na justiça por terem espalhado *fake news* a seu respeito, e afirmou que estava no hospital quando recebeu a ligação para participar de uma reunião sobre o Projeto de Lei, mas que não conseguiu participar.

Reclamou também que recebeu uma mensagem da Câmara poucas horas antes do horário da reunião, e falou que o Presidente Amaral Valeriano chamou o Projeto de Lei de criminoso, na qual a categoria foi chamada para participar da sessão anterior apenas como uma forma de fazerem politicagem. Lembrou ainda que Dr. Kazucas disse que o projeto tinha que ser devolvido, e afirmou que, junto com outros vereadores, derrubou as emendas propostas, garantindo que também está defendendo os trabalhadores contratados, e afirmou que fizeram politicagem com os áudios a seu respeito. O vereador Raimundo Francisco convidou a população para participar da 5ª Cavalgada, no próximo domingo, dia 24/09, e parabenizou a parteira Zefinha por ter lembrado que o projeto não contemplou os trabalhadores efetivos, lamentando e garantindo que não foi culpa da atual gestão. Afirmou ainda que a lei é federal, e que não cabe ao Prefeito, tampouco aos vereadores, tentarem mudar a lei aprovada no Congresso Nacional, mas que comemorou o fato de os servidores contratados serem beneficiados, lembrando que eles também são servidores públicos e tem os mesmos direitos. Observou também que a Lei Federal não pode ser modificada pela Câmara, pois é um ato inconstitucional, e destacou que respeita o voto de cada vereador, condenando a atitude de um representante do conselho que tentou mandar no voto dos vereadores, e disse que votar contra o povo é reprovar o projeto e não aprová-lo. Apreciou ainda a atitude do Prefeito Givanildo Costa em se dispor a ajudar todas as classes de servidores, e disse que é normal a oposição votar contra um projeto da situação, e destacou a necessidade de votar o Projeto de Lei sobre as casas atrás do Fórum. O vereador Aécio afirmou que a forma como a reunião sobre o projeto foi conduzida foi para fazer politicagem, e para colocar o povo contra os vereadores, lamentando que o representante do SINDSERV mandasse ofícios com quatro dias de antecedência. Afirmou ainda que Dr. Kasucas foi convidado para fazer politicagem, assim como os áudios espalhados, e lembrou que o aumento salarial da categoria vai melhorar a vida dos servidores, garantindo que a base do Prefeito votaria favorável ao Projeto de Lei. Ainda em sua fala, disse que não votou contra os trabalhadores ao aprovar o projeto, e concluiu dizendo que firmou um acordo com os servidores da Saúde para valorizar os servidores em geral. A vereadora Mafilza Gomes discordou do vereador José Aécio sobre a condução da reunião, e lembrou que quando percebeu que o projeto não valorizava os servidores, imediatamente convocou o sindicato que defende os servidores, afirmando que não faz politicagem e que defende os trabalhadores da Saúde. O vereador Lucas Araújo destacou que qualquer projeto que chega à Câmara tem que ser estudado antes de ser aprovado, e afirmou que é preciso olhar os contratados e efetivos beneficiados do projeto. Além disso, condenou a fala do vereador José Aécio ao dizer que os seis vereadores vão aprovar, e afirmou que os efetivos serão prejudicados com a aprovação do projeto, garantindo que os vereadores da oposição não vão atrapalhar os servidores efetivos. A vereadora Josefa Garcia disse que votaria a favor do projeto por defender os trabalhadores e não pelo pedido do vereador

José Aécio, e disse que gostaria que as emendas fossem apoiadas pela comissão, e destacou que os efetivos podem entrar na Justiça por seus direitos, lembrando que os enfermeiros precisam ser bem remunerados. O vereador José Aécio voltou a afirmar que os advogados presentes e os áudios que circularam são frutos de politicagem, e disse a vereadora Josefa Garcia que a primeira comissão que reprovou as emendas não foi sua, e nem fazia parte dela, e afirmou que os seis vereadores discutiram entre si, lembrando que os vereadores trabalham para os servidores terem um melhor salário. O vereador Lucas Araújo disse que nunca falou que votaria contra o projeto de lei, e lamentou que os servidores efetivos fossem prejudicados. Mas, lembrou que não é culpa dos vereadores, e garantiu que nenhum dos onze vereadores vai prejudicar os servidores e garantiu que votaria pelo direito dos mesmos. O vereador José Raimundo disse aos servidores da enfermagem que poderia ter pedido a vista do projeto, em razão da retirada dos direitos, e criticou o vereador Aécio por acusar os sindicatos, o COREM e outros órgãos de fazerem politicagem. Disse ainda que os efetivos sofreram durante a pandemia, e questionou os vereadores por não pedirem vista do projeto, afirmando que se preocupa com os servidores quando estes estiverem idosos, pois vão está sem os seus direitos que foram retirados pelo Projeto de Lei, e afirmou que os vereadores não podem votar em um projeto somente porque o Prefeito quer, e destacou que ficou indignado ao ouvir que o Dr. Kazucas foi chamado de criminoso. A vereadora Mafilza Gomes lamentou a posição do vereador José Aécio ao dizer que os vereadores fizeram politicagem, e afirmou que votar como o Prefeito manda é a verdadeira politicagem. Afirmou ainda que o plano de carreira apresentado pelo prefeito só beneficiará os servidores efetivos, e disse que os contratados estão sendo enganados, destacando que não recebe nada para enganar, e pediu para que os contratos não se deixarem enganar. O vereador Civaldo Fraga disse que ficou pasmo ao ver coisas absurdas na Câmara, e destacou a importância de cumprir aquilo que promete. Disse ainda que participou da reunião com a parteira Josefa, e afirmou que três pessoas presentes não saíram decepcionadas, porém discordaram de alguns pontos, e afirmou que quem não estava na reunião não pode falar o que foi discutido nela. O vereador Marcelo Domingos disse que nunca viu uma sessão como a deste dia, e lembrou que a lei veio pronta e não cabe ao Prefeito mudá-la, criticando quem insinuou que tem vereadores que não beneficiam o povo. Aconselhou ainda os vereadores filiados ao PT a pressionarem os senadores e deputados aliados para beneficiar os servidores efetivos, e reafirmou que a lei não mudará. O vereador Raimundo Francisco disse que o representante do COREN afirmou que o projeto não poderia ser aprovado, e sim ser devolvido ao prefeito e que quem votar favorável prejudicará o povo. Afirmou ainda que a oposição deu um tiro no pé, e que agora quer se corrigir, e lamentou que os servidores efetivos fossem prejudicados em detrimento dos contratos, mas que estes também são servidores. Disse ainda que os vereadores têm o direito de votar como quiserem, e acusou o representante do COREN de se beneficiar

financeiramente para se posicionar contra o projeto. O Presidente Amaral Valeriano pediu ao plenário a prorrogação da sessão para não adiar os projetos e indicações para a próxima sessão, e afirmou que o grande expediente foi encerrado. O vereador José Aécio exigiu a fala, e o Presidente Amaral Valeriano exigiu que ele pudesse fazer as considerações finais, de acordo com o regimento. O vereador José Aécio disse que, de acordo com a fala dos vereadores, alguns parlamentares não leram o projeto, e ouviram apenas um lado da versão, daí então fizeram politicagem. Afirmou ainda que estudou o projeto, e disse que não fez politicagem. O Presidente Amaral Valeriano ressaltou que os trâmites legais devem existir, e falou que o Projeto de Lei foi protocolado no recesso da Câmara, e disse que os projetos foram dispensados para os vereadores em forma de cópias, e encaminhados para as comissões competentes. Ressaltou que, de acordo com o regimento, tem que protocolar os projetos, e somente depois das comissões, se houver necessidade, o jurídico vem participar das reuniões de comissões. A partir dos pareceres, o Presidente tem até 90 dias para colocar em pauta para a votação, e quando o Presidente dá entrada, o líder do Prefeito pode pedir urgência, e garantiu que todos os projetos ao fim do primeiro semestre foram colocados em pauta. Ademais, indignou-se com as acusações de engavetar projetos, mas afirmou que não engavetou nenhum projeto e está tranquilo. Na ordem do dia, o senhor Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei n.º 18/2023 de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre assistência financeira complementar repassada pela União Federal a fim de dar cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 14.434, de 04 de agosto de 2022 que institui o piso salarial nacional do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e da parteira, e dá outras providências correlatas”. O senhor Presidente colocou o projeto em votação, o qual foi aprovado por unanimidade, tornando-se Lei n.º 824/2023 no município de Salgado. O senhor presidente colocou em discussão o Projeto de Lei n.º 01/2023 de autoria da vereadora Mafilza, que “Institui a campanha permanente de combate ao machismo e valorização das mulheres nas escolas públicas do município de Salgado - SE”. O senhor Presidente colocou o Projeto de Lei em votação, o qual foi aprovado por unanimidade, tornando-se Lei n.º 827/2023 no município de Salgado - SE. O senhor Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei n.º 10/2023 de autoria do vereador José Aécio, que “Institui no calendário oficial de festas, eventos e datas comemorativas do município de Salgado a semana municipal da agricultura familiar”. O senhor Presidente colocou o Projeto de Lei em votação, o qual foi aprovado por unanimidade, tornando-se Lei n.º 825/2023 no município de Salgado - SE. O senhor Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei n.º 11/2023 de autoria do vereador José Aécio, que “Institui o poder executivo a realizar a adesão ao ‘projeto de produtor de águas’ da agência nacional de águas e saneamento básico (ANA) e demais providências”. O senhor Presidente colocou o Projeto de Lei em votação, o qual foi aprovado por unanimidade, tornando-se Lei n.º 826/2023 no município de Salgado - SE. O senhor Presidente colocou em

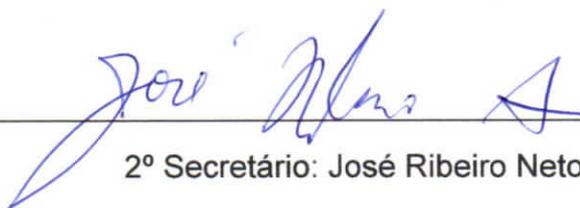
discussão o Projeto de Lei n.º 14/2023 de autoria do Poder Executivo, que “Homologa o decreto nº 14/2023 que ratificou o decreto 242/2005, desafetando os terrenos que já tenham edificação consolidada, localizados nas ruas 04 e 05 do conjunto Totonho Costa, Bairro Estação, município de Salgado – SE, da categoria de bens de uso especial e dá providências correlatas”. O senhor Presidente colocou em o Projeto de Lei em votação, o qual foi aprovado por unanimidade, tornando-se lei n.º 821/2023 no município de Salgado. O senhor Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei n.º 16/2023 de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o poder executivo municipal a doar ao estado de Sergipe um imóvel público municipal destinado ao funcionamento da 2º Cia da Polícia Militar do estado de Sergipe e dá outras providências”. O senhor Presidente colocou em o Projeto de Lei em votação, o qual foi aprovado por unanimidade, tornando-se lei n.º 822/2023 no município de Salgado. O senhor Presidente colocou o Projeto de Lei n.º 17/2023 de autoria do Poder Executivo, que “Cria o centro de referência de atendimento à mulher em situação de violência – CRAM e dá outras providências”. O senhor Presidente colocou o Projeto de Lei em votação, o qual foi aprovado por unanimidade, tornando-se Lei n.º 823/2023 no município de Salgado. O Presidente da Câmara, Amaral Valeriano, agradeceu ao Procurador da Casa, Dr. João Bosco, por permanecer até o fim da sessão, e parabenizou o Presidente da Câmara Municipal de Nossa Senhora Aparecida, Zé Lima, que faz aniversário. Informou ainda que o funcionário da casa, Marcos Junio, não mais enviará e receberá ofício do Poder Executivo, e sim o Diretor Geral do Legislativo, José Sérgio de Souza, e pediu a assessoria do Prefeito para corrigir os erros do Projeto n.º 15/2023. Nada mais a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a presente sessão, convocando a todos para a próxima sessão. Sala das sessões, 18 de setembro de 2023.



Presidente: Amaral Valeriano da Silva



1º Secretário: Civaldo Evangelista Fraga



2º Secretário: José Ribeiro Neto